



CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA

“Aquisição por lotes de Autocarros Elétricos, para serviço público urbano de transporte de passageiros no Município de Amarante”

CONCURSO 01/2025

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

junho 2025



ÍNDICE

1. identificação E OBJETO do Procedimento	4
2. Entidade Adjudicante	4
3. Peças do Procedimento.....	5
4. Esclarecimentos, ERROS e omissões das Peças procedimentais.....	5
5. PREÇO DO CONTRATO	6
6. Proposta.....	6
7. Propostas variantes	10
8. Modo e Prazo de Apresentação das Propostas	10
9. Supressão de Irregularidades Constantes dos Documentos que Constituem a Proposta.....	11
10. Prazo da Obrigação de Manutenção das Propostas	11
11. Esclarecimentos Sobre as Propostas	11
12. Critério de Adjudicação.....	12
13. Relatório Preliminar	12
14. Relatório Final.....	13
15. Adjudicação	13
16. Documentos de Habilitação	14
17. Caução	15
18. Caducidade da adjudicação	15
19. Minuta do Contrato	16
20. CELEBRAÇÃO do Contrato.....	17
21. Contagem dos Prazos.....	17
22. Dados pessoais.....	18
23. Legislação Aplicável	18
24. foro competente	18

ANEXOS.....	19
<i>ANEXO I Modelo de declaração</i>	<i>20</i>
<i>ANEXO II Modelo de declaração</i>	<i>22</i>
<i>ANEXO III Modelo de Garantia Bancária / Seguro de Caução</i>	<i>23</i>
<i>ANEXO IV Guia de Depósito.....</i>	<i>24</i>
<i>ANEXO V Proposta de Preço</i>	<i>25</i>
<i>ANEXO VI Declaração ao Abrigo do Regulamento Geral de Proteção de Dados.....</i>	<i>26</i>
<i>ANEXO VII Quadro de Especificações Técnicas do Veículo.....</i>	<i>28</i>
<i>ANEXO VIII Dimensões, Capacidade de Carga e Parâmetros Definidores da Capacidade de Manobra.....</i>	<i>34</i>

1. IDENTIFICAÇÃO E OBJETO DO PROCEDIMENTO

1.1. O presente procedimento tem a designação “Aquisição por lotes de Autocarros Elétricos, para serviço público urbano de transporte de passageiros no Município de Amarante”

1.2. Tem como objeto a aquisição por lotes dos seguintes bens:

a) LOTE 1

- 4 (quatro) autocarros elétricos, com comprimento superior a 12,10 metros e inferior a 12,19 metros, para serviço público urbano de transporte de passageiros, de acordo com o estabelecido no Programa de Procedimento (PP) e no Caderno de Encargos (CE);

b) LOTE 2

- 7 (sete) autocarros Midi elétricos com comprimento superior a 8,90 metros e inferior a 8,99 metros, para serviço público urbano de transporte de passageiros, de acordo com o estabelecido no Programa de Procedimento (PP) e no Caderno de Encargos (CE);

1.3. O presente procedimento segue a tramitação de Concurso Público com Publicidade Internacional no JOUE, nos termos da alínea *a)* do nº 1, do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (adiante designado CCP).

2. ENTIDADE ADJUDICANTE

2.1. O presente concurso público é promovido pela Rodoamarante, Lda., adiante designada por RODOAMARANTE, com sede na Rua António Carneiro – Edifício Navarras – Fracção H Loja 34, 4600-012 Amarante, pessoa coletiva nº 516090119, e com os seguintes contactos para efeito do presente concurso:

Telefone: +351 255 190 900

Correio eletrónico: geral@rodoamarante.pt

Plataforma Eletrónica: <http://www.acingov.pt>.

Website oficial: www.rodoamarante.pt

2.2. A decisão de contratar e de realização de despesa foi tomada pela Gerência da RODOAMARANTE.

3. PEÇAS DO PROCEDIMENTO

3.1. O processo do presente procedimento é constituído pelas seguintes peças:

- a) Anúncio publicado no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia;
- b) Programa de Procedimento e respetivos anexos (PP);
- c) Caderno de Encargos (CE), constituído pelo clausulado das Condições Gerais e Condições Técnicas.

3.2. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública acinGOV acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, desde a data da publicação do anúncio do presente concurso público no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.

3.3. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o download das peças do procedimento, bem como apresentar a proposta. O Concorrente deverá possuir um pacote de selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada.

3.4. O processo relativo ao presente concurso público pode, ainda, ser consultado, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, nas instalações da RODOAMARANTE, sita na morada indicada no ponto 2, entre as 10:00 e as 12:30 e das 15:00 até às 17:00 de cada dia útil.

4. ESCLARECIMENTOS, ERROS E OMISSÕES DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

4.1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, através da plataforma acinGov, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

4.2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados por escrito, na plataforma acinGov, pelo Júri do procedimento até, ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

4.3. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, nos termos e no prazo previsto no número anterior.

4.4. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores devem ser juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados desse facto.

4.5. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos subpontos 4.1 a 4.3, fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

5. PREÇO DO CONTRATO

5.1. O objeto do presente contrato tem como preço base global **4.177.425,00 € (quatro milhões, cento e setenta e sete mil, quatrocentos e vinte e cinco euros)**, devendo considerar-se este valor repartido pelos lotes da seguinte forma:

- a) Para o **Lote 1**, o valor de preço base é de **1.799.700,00 €** (um milhão, setecentos e noventa e nove mil e setecentos euros), e este não pode, em caso algum, ser excedido.
- b) Para o **Lote 2**, o valor de preço base é de **2.377.725,00 €** (dois milhões, trezentos e setenta e sete mil e setecentos e vinte e cinco euros), e este não pode, em caso algum, ser excedido.

5.2. Aos valores mencionados em 5.1., acresce o IVA, quando aplicável, à taxa legal em vigor.

6. PROPOSTA

6.1. A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), assinado pelo Concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar:
 - i) Deverá ser utilizado o ficheiro de nome `espd-request.xml`, disponibilizado em plataforma, o qual deverá ser devidamente preenchido e assinado, depois de carregado através da hiperligação <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>.
- b) Declaração do Concorrente e do Detentor da Marca, de aceitação do conteúdo do PP e do CE, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente PP;
- c) Declaração da firma detentora da marca, afirmando que tomou conhecimento do PP e do CE e que é com o seu acordo que os autocarros da respetiva marca são apresentados pelo Concorrente ao Concurso. Deve indicar quem é o Concorrente na sua relação com a marca e quem é o representante da marca em Portugal;
- d) Proposta de preço para aquisição dos autocarros, elaborada de acordo com o Anexo V ao presente PP. Esta deverá ser preenchida e assinada, indicando o preço unitário do autocarro.

Nesta declaração de preço contratual, o Concorrente deve cumprir o disposto no artigo 60.º do CCP;

- e) Documento indicando as condições de garantia propostas, para além das mínimas constantes do Ponto 8 – Garantias do CE;
- f) O Concorrente deverá, em cada Proposta, indicar as características técnicas referentes ao autocarro elétrico proposto, sendo para tal obrigatório apresentar essas informações de uma forma ordenada, sintética e sistematizada, de acordo com a discriminação no quadro tipo, constante do Anexo VII, cuja ordem não deve ser alterada;
- g) O concorrente deverá, em cada proposta, apresentar o certificado de homologação europeu (WVTA) ou equivalente dos veículos onde constem as informações aplicáveis, definidas no anexo VIII.
- h) O Concorrente terá de apresentar a Declaração ao Abrigo do Regulamento Geral de Proteção de Dados, conforme Anexo VI;
- i) Declaração de compromisso, em que o concorrente assume todas as responsabilidades definidas no Ponto 8 – Garantias e Capítulo III - Sobressalentes, Órgãos Mecânicos e Ferramenta Especial do CE;
- j) Documento especificando e descrevendo as condições de assistência técnica e serviço após venda proposto, com detalhe adequado, o prazo médio de fornecimento de sobressalentes;
- k) Lista de ferramentas especiais dos autocarros, para apoio oficial, em língua portuguesa, ou eventualmente em língua inglesa, devidamente identificada por desenhos, esquemas, croquis, fotografias ou outro suporte e indicação da respetiva aplicação, bem como indicação dos custos unitários destas ferramentas e equipamentos de análise e diagnóstico, que o Concorrente entende como necessários para a correta manutenção dos autocarros (os equipamentos de análise e diagnóstico serão fornecidos no âmbito e ao abrigo do ponto 36. do CE);
- l) Indicação do custo unitário dos órgãos, indicados no ponto 35. do CE;
- m) Declaração do Detentor da Marca de que fará as inspeções necessárias ao fabrico das estruturas, com indicação do plano e entrega dos respetivos relatórios e de que se responsabiliza pela execução das correções que vierem a ser necessárias;
- n) O Concorrente deverá apresentar evidências técnicas, devidamente fundamentadas, com o consumo de energia elétrica em kWh/100 km;
- o) O concorrente deverá apresentar para os veículos o certificado ECE R66 e um relatório ECE R29 (teste de colisão frontal) bem como relatório ECE R93 ou equivalentes;

- p) O concorrente deverá apresentar documento técnico onde seja descrito tecnicamente, o sistema de proteção de baterias incluindo proteção de baterias de baixo nível de oxigénio e sistema de monitorização de segurança da bateria de forma ininterrupta.
- q) O concorrente deverá apresentar um documento detalhado onde constem todas as funcionalidades do sistema de monitorização e telemática definidos no CE nomeadamente o manual de funcionamento da plataforma.
- r) O concorrente deverá apresentar documentação sobre sistema de pós-venda definido no ponto 31.3 do caderno de encargos incluindo um acesso para consulta e análise da plataforma;
- s) O concorrente deverá apresentar documentação sobre plataforma online de formação definida no ponto 31.4 do caderno de encargos incluindo um acesso para consulta e análise da plataforma;
- t) O Concorrente deverá apresentar os seguintes diagramas, não sendo aceitáveis cópias em que não sejam claramente visíveis os valores e linhas de referência:
 - (i) A variação do binário e da potência, com o número de rotações;
- u) O Concorrente deve apresentar esquema ou desenho, com a indicação dos instrumentos, comandos instalados e sua disposição dos seguintes componentes:
 - I. Sistema de Diagnóstico a Bordo – OBD:
 - (i) Características;
 - (ii) Modo de funcionamento.
 - II. Sistema de travões - Esquema e características gerais de funcionamento:
 - (i) Dos travões de serviço;
 - (ii) Estacionamento/ estacionamento;
 - (iii) Distribuição da força de travagem;
 - (iv) Esquema pneumático.
 - III. Compressor do sistema pneumático:
 - (i) Fabricante, marca, tipo e modelo;
 - (ii) Débito máximo (l/min);
 - (iii) Tempo para carga total do sistema.
- v) Devem ser indicados os lubrificantes recomendados para os diferentes órgãos/sistemas, assim como a especificação de homologação que cumprem;

- w) O Concorrente terá de apresentar, com a Proposta, informação técnica detalhada sobre os procedimentos a adotar, quer nos veículos, quer nas instalações oficiais de manutenção, em termos de segurança, ferramentas especiais e outras condições a observar, no âmbito das operações de manutenção e reparação dos autocarros elétricos;
- x) Com cada Proposta o Concorrente deverá fornecer documentação técnica em suporte informático, de leitura nos sistemas informáticos comuns, em língua portuguesa (eventualmente em língua inglesa) e ainda desenhos e fotografias, de modo a poderem ser apreciadas pormenorizadamente as características dos veículos quanto aos equipamentos, sistemas mecânicos, elétricos, eletrónicos, pneumáticos e hidráulicos do chassis e da carroçaria. Deverão ser fornecidos:
 - (i) Manuais de manutenção preventiva e corretiva, em suporte informático, que possam ser “lidos” nos habituais e vulgares sistemas informáticos, em língua portuguesa, ou eventualmente em língua inglesa, com instruções sobre a manutenção e reparação dos autocarros, incluindo todos os equipamentos e acessórios que integrem o chassis e a carroçaria do modelo proposto;
 - (ii) Catálogos dos sobressalentes dos autocarros, em suporte informático, que possam ser “lidos” nos habituais e vulgares sistemas informáticos, em língua portuguesa, ou eventualmente em língua inglesa, que permitam a identificação fácil da respetiva referência, através do número e desenho de todas as peças e componentes constituintes do veículo proposto;
- y) Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos de esclarecimento dos atributos da proposta.
- z) Documento indicando características do rodado de acordo com o ponto 29 – IX - 3. do CE

6.2. Cada alínea ou subalínea do ponto anterior terá de corresponder a um documento autónomo e devidamente identificado com a alínea ou subalínea a que corresponde.

6.3. O preço da proposta, apresentada por Lote será expresso em euros, com **duas casas decimais** e não inclui o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

6.4 Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

6.5. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o Concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada ou tradução

não legalizada, mas acompanhada de declaração do Concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

6.6. Excetuam-se do disposto nos números anteriores, os catálogos técnicos ou documentos equivalentes, que devem preferencialmente ser apresentados em língua portuguesa, podendo eventualmente ser apresentados em língua inglesa.

6.7. Os concorrentes podem apresentar proposta apenas para um lote ou para todos os lotes indicados no subponto 1.2, devendo, contudo, apresentar proposta para todos os artigos previstos em cada lote a que concorram, sob pena de exclusão da proposta.

6.8. Serão excluídas todas as propostas que não obedeçam às especificações definidas no caderno de encargos

7. PROPOSTAS VARIANTES

7.1. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

8. MODO E PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser submetidos na plataforma acinGov até às 17:00 horas, do 30º dia a contar da data do envio para publicação do anúncio de abertura no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia, e de acordo com o n.º 3 do artigo 470.º do CCP.

8.2. Todos os documentos carregados na Plataforma Eletrónica ou subscritos na mesma deverão, sob pena de exclusão da proposta, ser assinados eletronicamente pelo concorrente ou por representante que detenha comprovados poderes para o obrigar.

8.3. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:

- a. Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
- b. Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.

8.4. Nos casos em que o certificado de assinatura eletrónica qualificada não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente, sob pena de exclusão da proposta, instruir a proposta com um documento, dotado de fé pública, que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.

8.5. No caso de agrupamento de Concorrentes, a proposta deve ser assinada por todas as entidades que o compõem, ou pelos seus representantes, ou pelo representante comum, caso em que deve ser junto à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros.

8.6. O não cumprimento do número anterior, é motivo de exclusão da proposta.

9. SUPRESSÃO DE IRREGULARIDADES CONSTANTES DOS DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

9.1. Caso sejam detetadas irregularidades, não essenciais, nos documentos que constituem a proposta apresentados por alguma(s) da(s) Concorrente(s), o Júri concede à(s) Concorrente(s) relativamente à qual (quais) se verifique(m) irregularidade(s), um prazo máximo de cinco dias para supressão da(s) mesma(s).

10. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1. O Concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, que se prorroga sucessivamente por períodos de 30 dias no caso de, no decurso de cada período, os Concorrentes nada declararem em contrário.

11. ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS

11.1. Sempre que o júri do concurso tenha quaisquer dúvidas, designadamente, sobre aspetos das propostas que sejam considerados relevantes para efeitos de análise e avaliação das mesmas, poderá exigir dos concorrentes, bem como solicitar a outras entidades, todos os documentos e elementos de informação, inclusive de natureza contabilística, necessários para o esclarecimento dessas dúvidas.

11.2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos Concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

11.3. Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na plataforma eletrónica, sendo todos os Concorrentes notificados desse facto.

12. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

12.1. A adjudicação é efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da seguinte modalidade:

- a) Avaliação do preço como único aspeto da execução do contrato a celebrar, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 74.º do CCP.

12.2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será efetuado por sorteio, em dia e hora a definir pelo júri, onde poderão estar presentes os Concorrentes ou os seus representantes legais.

12.3. No caso em que todas as propostas venham a ser excluídas, e de acordo com o n.º 6 do artigo 70.º do CCP, a RODOAMARANTE poderá adjudicar aquela que, de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas com fundamento na alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP, e cujo preço não exceda em mais de 20 % o montante do preço base, seja ordenada em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação, desde que:

- a) O preço da proposta a adjudicar respeite os limites previstos no n.º 4 do artigo 47.º;
- b) A decisão de autorização da despesa já habilite ou seja revista no sentido de habilitar a adjudicação por esse preço.

13. RELATÓRIO PRELIMINAR

13.1. Após a análise das propostas e da aplicação do critério de avaliação, o Júri do Concurso elabora um Relatório Preliminar de Avaliação das Propostas, nos termos do artigo 146.º do CCP, ordenando-as por ordem decrescente, de acordo com a metodologia de avaliação fixada para o efeito.

13.2. No Relatório Preliminar, o Júri deve também, se for o caso, propor a exclusão das propostas.

13.3. O relatório preliminar é notificado aos concorrentes, os quais poderão exercer o seu direito de audiência prévia no prazo de 5 (cinco) dias, de acordo com o previsto no artigo 147.º do CCP.

14. RELATÓRIO FINAL

14.1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações efetuadas pelos concorrentes, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de propostas.

14.2. No caso previsto na parte final do número anterior resultar uma alteração da ordenação das propostas constante do Relatório Preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia, restrita aos concorrentes interessados.

14.3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

14.4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

15. ADJUDICAÇÃO

15.1. A decisão de adjudicação é notificada a todos os concorrentes em simultâneo.

15.2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação o adjudicatário é notificado para:

- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos por lei e pelo ponto 16 do presente PP;
- a) Prestar caução, no montante exigido no ponto 17 do presente PP, devendo comprovar essa prestação no dia imediatamente subsequente, nos termos definidos no referido artigo;
- b) Pronunciar-se sobre a minuta do contrato;
- c) Confirmar, se aplicável, no prazo de 10 (dez) dias úteis, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

16. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

16.1. No prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação

- a) Declaração emitida conforme Modelo constante do Anexo II, do CCP, cujo modelo se encontra em anexo e faz parte integrante do presente programa;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *h)* do artigo 55.º do CCP;
- c) No caso de a adjudicação recair sobre uma proposta apresentada por um agrupamento, os documentos comprovativos da associação dos membros do agrupamento Adjudicatário na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho;
- d) Caução nos termos do ponto 17 do presente PP.

16.2. Todos os documentos de habilitação do Adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.

16.3. Quando, pela sua própria natureza e origem, os documentos de habilitação estiverem reduzidos em língua estrangeira, deve o Adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

16.4. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo Adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis destinado ao suprimento das mesmas.

16.5. A Administração da RODOAMARANTE poderá solicitar ao Adjudicatário a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.

16.6. Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento, os documentos de habilitação devem ser apresentados por todos os seus membros, quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas:

- a) Os documentos previstos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP devem ser apresentados por todos os seus membros;
- b) Os documentos referidos no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, devem ser apresentados por todos os seus membros cuja atividade careça da sua titularidade;
- c) As declarações e documentos apresentados, devem ser assinadas pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de

mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes;

- d) Quando for o caso, cada uma das Empresas que integram o Agrupamento deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, uma declaração feita por forma autêntica no país onde tenham sede de que se submetem à legislação portuguesa e ao foro do Tribunal Português que for competente, com expressa renúncia a qualquer outro.

17. CAUÇÃO

17.1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações o adjudicatário deve prestar uma caução no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual, com exclusão do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

17.2. Quando a adjudicação de dois ou mais lotes que exijam caução ao abrigo do número anterior tenha sido realizada ao mesmo concorrente, resultando a celebração de um único contrato, pode ser prestada apenas uma caução pelo adjudicatário, calculada em função do valor resultante do somatório dos respetivos preços contratuais.

17.3. A caução é prestada por garantia bancária, seguro-caução, ou por depósito em dinheiro ou títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, em conformidade com os modelos constantes dos anexos III e IV do presente Programa do Procedimento e que dele faz parte integrante do presente Programa do Procedimento.

17.4. A adjudicação caduca, se por facto que seja imputável ao Adjudicatário, este não preste a caução, em tempo e nos termos estabelecidos na lei.

17.5. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do Adjudicatário.

18. CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

18.1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:

- a. Não apresentar os documentos de habilitação no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação da decisão de adjudicação;

- b. Não prestar a caução nos termos exigidos no ponto 17;
- c. Não confirmar os compromissos no prazo fixado para o efeito ou até ao termo da respetiva prorrogação.

18.2. Nos casos previstos no número anterior, a adjudicação é realizada à proposta ordenada em lugar imediatamente subsequente no relatório final de avaliação das propostas.

19. MINUTA DO CONTRATO

19.1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar depois de comprovada a prestação de caução pelo Adjudicatário.

19.2. Quando o adjudicatário for comum a vários lotes pode ser celebrado um único contrato.

19.3. O órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas.

19.4. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao Adjudicatário.

19.5. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não seja apresentada reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

19.6. São admissíveis reclamações da minuta do contrato a celebrar com fundamento na previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos números 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

19.7. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o Adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

19.8. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo Adjudicatário devem ser notificados a todos os Concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

19.9. Para efeito da celebração do contrato escrito devem, ainda, no prazo previsto no número anterior, ser entregues os seguintes documentos:

- a) Certidão do registo comercial com todas as inscrições em vigor, onde constem os poderes necessários para outorgar o contrato ou a indicação do código de acesso para consulta da certidão permanente on-line, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
- b) Documentos comprovativos da identidade dos outorgantes que têm poderes para obrigar a Entidade Adjudicatária, nomeadamente, o cartão de cidadão ou o bilhete de identidade e o número fiscal de contribuinte, com a respetiva procuração, se for o caso.

20. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

20.1. O contrato é celebrado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data da última assinatura.

20.2. A outorga do contrato deve ter lugar dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta, ou da decisão sobre a reclamação da minuta do contrato, mas nunca antes de:

- a) Decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação;
- b) Apresentação dos todos os documentos de habilitação exigidos;
- c) Comprovada a prestação da caução, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º do CCP;
- d) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.

20.3. A entidade adjudicante comunica ao adjudicatário o prazo para a outorga e remessa do contrato, com a antecedência mínima de 3 (três) dias.

21. CONTAGEM DOS PRAZOS

21.1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os prazos referidos contam-se nos termos do disposto no artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo.

21.2. Os prazos fixados para a apresentação da proposta são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.

21.3. Para efeitos do disposto no número anterior, apenas são considerados feriados, os feriados nacionais.

22. DADOS PESSOAIS

22.1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do Código dos Contratos Públicos (CCP), respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.

22.2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.

22.3. A entidade adjudicante garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.

22.4. A entidade adjudicante garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

23. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

23.1. Relativamente às disposições aplicáveis e à divergência e interpretação dos documentos, em tudo omissos ou em caso de dúvida aplicar-se-á o CCP, aprovado pelo Decreto-lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, e respetivas alterações e demais legislação aplicável.

24. FORO COMPETENTE

24.1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal do círculo de Guimarães, com expressa renúncia a qualquer outro.

ANEXOS

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **“Aquisição por lotes de Autocarros Elétricos, para serviço público urbano de transporte de passageiros no Município de Amarante”** e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se

encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁴⁾].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas..
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1. - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), Adjudicatário(a) no procedimento de **“Aquisição por lotes de Autocarros Elétricos, para serviço público urbano de transporte de passageiros no Município de Amarante”**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b), d), e) e h)* do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data)... [assinatura ⁽⁵⁾]

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Modelo de Garantia Bancária / Seguro de Caução

Garantia Bancária / Seguro de Caução *(eliminar a que não interessar)* Nº _____

Em nome e a pedido de _____ (Adjudicatário), vem o (a) _____ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de RODOAMARANTE - Empresa Transportes de Guimarães, Unipessoal Lda., uma garantia bancária /seguro-caução *(eliminar a que não interessar)*, até ao montante de _____ *(por algarismos e por extenso)*, destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do processo relativo à adjudicação do procedimento público de “Aquisição por lotes de Autocarros Elétricos, para serviço público urbano de transporte de passageiros no Município de Amarante”, nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 *(eliminar o que não interessar)* do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do valor total do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros *(eliminar o que não interessar)* garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à Entidade Adjudicante quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela Entidade Adjudicante, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

...(data).

....(assinatura reconhecida dos representantes legais).

ANEXO IV
Guia de Depósito

Euros: ... €

Vai, com sede em (morada), com o capital social de ... (capital social), pessoa coletiva número ... (número de identificação de pessoa coletiva), representado por ... (representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)), depositar na (sede/filial/agência) da..... (nome da instituição), a quantia de (valor por extenso, em moeda corrente) (em dinheiro ou representada por), como caução exigida para o procedimento **“Aquisição por lotes de Autocarros Elétricos, para serviço público urbano de transporte de passageiros no Município de Amarante”**, para efeitos dos artigos 88º e 89º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito fica à ordem de RODOAMARANTE - Empresa Transportes de Guimarães, Unipessoal Lda., a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

... (local), ... (data)

... [assinatura ⁽¹⁾]

(1) Datar e assinar o documento pelo(s) representante(s) legal(ais) do(s) Concorrente(s) com poderes para o(s) vincular.

ANEXO V

Proposta de Preço

A ... (indicar nome do Concorrente, número de identificação fiscal e morada ou denominação e sede social), obriga-se a executar o fornecimento objeto da **“Aquisição por lotes de Autocarros Elétricos, para serviço público urbano de transporte de passageiros no Município de Amarante”**, em conformidade com o Caderno de Encargos, pelos seguintes preços e condições:

- i. O Preço global para o fornecimento dos bens é de _____ Euros (por algarismos e por extenso), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, com as seguintes características unitárias:

<u>Lote nº</u>	<u>Designação</u>	<u>Preço Unitário</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Preço Global</u>

Os preços apresentados incluem todas as despesas inerentes aos fornecimentos a prestar, nomeadamente seguros, licenciamentos, aprovações e quaisquer outras.

... (local), ... (data)

... [assinatura ⁽¹⁾]

(1) Datar e assinar o documento pelo(s) representante(s) legal(ais) do(s) concorrente(s) com poderes para o(s) vincular.

ANEXO VI

Declaração ao Abrigo do Regulamento Geral de Proteção de Dados

1 - ...(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), Adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada cumpre a legislação aplicável à proteção de dados pessoais e de privacidade, incluindo o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral de Proteção de Dados (“RGPD”), e que em particular:

Assegura que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade de acordo com o RGPD;

Assegura que o serviço a contratar adota e cumpre integralmente as exigências e medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD;

Apresenta capacidade de prestar a assistência necessária à **RODOAMARANTE - Empresa Transportes de Guimarães, Unipessoal Lda., sociedade por quotas** no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos Direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso do titular aos seus dados pessoais, direito de retificação e direito ao apagamento dos dados;

Garante a implementação de mecanismos de notificação efetivos em caso de violação de dados pessoais;

Assegura capacidade para nos termos da alínea g) do artigo 28º do RGPD, apagar ou devolver todos os dados pessoais à **RODOAMARANTE - Empresa Transportes de Guimarães, Unipessoal Lda., sociedade por quotas**, consoante a sua escolha, depois de concluída a prestação de serviços relacionado com o tratamento;

Disponibiliza as informações necessárias para demonstrar o cumprimento com o RGPD, nos termos do artigo 28º do RGPD, e que se demonstre disponível, caso seja necessário, para contribuir e colaborar com as auditorias ou inspeções conduzidas pela **RODOAMARANTE - Empresa Transportes de Guimarães, Unipessoal Lda., sociedade por quotas** ou por outra entidade por esta mandatada.

- 2 - Os declarantes têm pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data)

... [assinatura ⁽¹⁾]

(1) Datar e assinar o documento pelo(s) representante(s) legal(ais) do(s) Concorrente(s) com poderes para o(s) vincular.

ANEXO VII

Quadro de Especificações Técnicas do Veículo

Em cada Proposta, o Concorrente deverá indicar as características técnicas referentes ao(s) modelo(s) do(s) autocarro(s) proposto(s), sendo para tal obrigatório apresentar essas informações de uma forma ordenada, sintética e sistematizada, de acordo com a descrição no quadro seguinte de características, a preencher por cada proposta e por cada variante:

ORGÃO/SISTEMA IDENTIFICADO NO CADERNO DE ENCARGOS DO PROCEDIMENTO	CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO - MARCA E MODELO	QUANTIDADE/ VALOR
PONTO 5 – PRAZO DE ENTRGA DOS BENS		
Prazo de entrega (meses)	N/A	
PONTO 9 - GARANTIAS		
Garantia genérica (meses)	N/A	
Garantia da pintura (meses)	N/A	
Garantia para o chassis/estrutura carroçaria incluindo proteção anti corrosão (meses)	N/A	
Garantia das baterias (meses)	N/A	
Tempo de reparação urgente (horas)	N/A	
Tempo de reparação normal (horas)	N/A	
PONTO 30 - CHASSIS		
Alínea I) Tipologia		
Tipologia de chassis		N/A
Marca/Modelo		N/A
Tratamento anti corrosão		N/A
Alínea II) Motor		
Tipo de motor		N/A
Posição de montagem no chassis		N/A
Número de motores	N/A	
Potência máxima (kW)	N/A	
Potência nominal (kW)	N/A	
Binário máximo (Nm)	N/A	
Binário nominal (Nm)	N/A	
Intervalos de manutenção em km e/ou meses	N/A	
Relação peso/potência (kg/kW)	N/A	
Alínea III) Baterias		
Tipo (química)		
Quantidade de módulos instalados	N/A	
Capacidade de armazenamento de cada módulo de baterias (kWh)	N/A	
Capacidade total de armazenamento das baterias (kWh)	N/A	

ORGÃO/SISTEMA IDENTIFICADO NO CADERNO DE ENCARGOS DO PROCEDIMENTO	CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO - MARCA E MODELO	QUANTIDADE/ VALOR
Potência da bateria (kW)	N/A	
Peso de cada módulo de baterias (kg)	N/A	
Peso bruto total das baterias com suporte (kg)	N/A	
Dimensões do conjunto de baterias (mm x mm x mm)	N/A	
Tensão nominal das baterias (V)	N/A	
Tempo de carregamento (entre 0 a 100% SOC) (h)	N/A	
Tempo de carregamento (entre 20 a 100% SOC) (h)	N/A	
Localização no veículo	N/A	
Vida útil da bateria (anos)	N/A	
Número máximo de ciclos de carregamento	N/A	
Autonomia (km)	N/A	
Intervalos de manutenção em km e/ou meses	N/A	
Alínea IV) Conversores		
Tensões de entrada e saída (V)	N/A	
Corrente de entrada e saída (A)	N/A	
Tipo de semicondutores utilizados		
Percentagem de recuperação energia (%)	N/A	
Alínea V) Sistema de Travagem		
Tipo de sistema de travagem		N/A
Identificação dos sistemas de travagem instalados		
Alínea VI) Direção		
Tipo		N/A
Caixa de direção		N/A
Raio de curva interior (m)	N/A	
Raio de curva exterior (m)	N/A	
Faixa de inscrição em curva (m)	N/A	
Alínea VII) Suspensão		
Tipo		N/A
Amortecedores - Tipo (frente e traseira)		
Foles Pneumáticos - Tipo (frente e traseira)		
Amortecedores - Tipo (frente e traseira)		
Sistema comando eletrónico “ESP”		N/A
Compressor – Tipo e pressão máxima de carga		
Compressor – capacidade de carga, até pressão nominal	N/A	
Sistema de separação óleo/água, com secador de ar		N/A
Sistema de ajuste em altura pelo motorista (frente/traseira)		N/A
Possui <i>kneeling</i> ?		N/A
Sistema externo de carregamento pneumático de emergência		
Alínea VIII) Eixos		
Quantidade de Eixos	NA	
Descrição dos Eixos		N/A
Relação de transmissão		

ORGÃO/SISTEMA IDENTIFICADO NO CADERNO DE ENCARGOS DO PROCEDIMENTO	CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO - MARCA E MODELO	QUANTIDADE/ VALOR
Alínea IX) Rodas		
Tipo e medidas das jantes		N/A
Marca/modelo dos pneus		N/A
Tipo de rodas		N/A
Índice de eficiência à resistência ao rolamento	N/A	
Índice de eficiência à aderência em pavimento molhado	N/A	
Nível de ruído em decibéis.	N/A	
PONTO 31 – CARROÇARIA E SUBSTRUTURA		
Alínea I) Generalidades		
Marca/Modelo		N/A
Durabilidade (anos)	N/A	
Tratamento anti corrosão		N/A
Sistema de ar-condicionado	N/A	N/A
i. Marca/Modelo		N/A
ii. Descrição		N/A
iii. Potência (kw)	N/A	
Pré-instalação de rede Wi-fi?		N/A
Existência de instalação de base de consola bilhética/SAE e moedeiro?		N/A
Alínea II) Dimensões		
Comprimento (m)	N/A	
Largura (m)	N/A	
Largura, com espelhos (m)	N/A	
Altura (m)	N/A	
Altura total com baterias e ar condicionado (m)	N/A	
Distância entre eixos (mm)	N/A	
Distância da frente ao eixo (mm)	N/A	
Distância da traseira ao eixo (mm)	N/A	
Ângulo de ataque da carroçaria (graus)	N/A	
Ângulo de fuga da carroçaria (graus)	N/A	
Deslocamento Lateral da carroçaria - Traseira em curva (mm)	N/A	
Altura máxima da soleira das portas ao solo (mm)	N/A	
Peso bruto do autocarro (Homologado - Kg)	N/A	
Tara do veículo (Homologado - Kg)	N/A	
Chassis completo (Homologado - Kg)	N/A	
Alínea IV) Revestimentos		
Material dos painéis laterais exteriores		N/A
Os painéis laterais são modulares?		N/A
Material e descrição dos painéis laterais interiores		N/A
Material e descrição do isolamento termo-acústico das laterais e do tejadilho		N/A
Material e descrição do piso e seu revestimento		N/A
Material e descrição do para-brisas		N/A

ORGÃO/SISTEMA IDENTIFICADO NO CADERNO DE ENCARGOS DO PROCEDIMENTO	CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO - MARCA E MODELO	QUANTIDADE/ VALOR
Material e descrição do para-choques		N/A
Alínea VI Decoração e Portas		
Número de portas	N/A	
Sistema de portas		N/A
Porta da frente – Tipo		N/A
Porta da traseira – Tipo		N/A
Possui porta de motorista?		N/A
Sistema de segurança instalado nas portas - frente e traseira		N/A
Largura das portas de serviço (mm)	N/A	
Largura da porta do motorista (mm)	N/A	
Altura ao solo do(s) degrau(s) da porta do motorista (mm)	N/A	
Existência de sinal sonoro - fecho de portas?		N/A
Existência de dispositivo anti-entalamento?		N/A
Existência de sistema de segurança – inatividade de deslocação da viatura com portas abertas?		N/A
Alínea VI) Vidros e Janelas		
Quantidade de janelas	N/A	
Vidros laterais esquerdos e direitos – Tipo, espessura e cor		N/A
Fixação dos vidros à carroçaria (Borracha/colados/Caixilho)	N/A	
Tipo de abertura de janela (Basculante/ com fechadura)		N/A
Para-brisas e óculo traseiro – Tipo, espessura, fixação e n.º peças		N/A
Para-brisas com sistema de desembaciamento?		N/A
Janela do motorista – Tipo, espessura, fixação e nº peças		
Janela do motorista com sistema de desembaciamento?		N/A
Cortinas da do posto de condução – Tipo e quantidade/localização		
Vidros das saídas de emergência – Tipo, identificação, martelos		
Alínea VII) Compartmento de Passageiros		
Lotação total	N/A	
Lotação sentada (+ Motorista)	N/A	
Lotação em pé	N/A	
Cadeira de rodas e carrinho de bebé (Qde.)	N/A	
PMR – tipologia de rampa		
Bancos de passageiros:	N/A	N/A
i. No caso do Lote 2, existem bancos rebatíveis na zona de cadeira de rodas?		N/A
ii. No caso do Lote 1, existem bancos cintos com 3 pontos e almofadados? a. Espessura da espuma		
Balaustres – tipo e dimensões		
Informação sonora – tipologia e número de equipamentos		
Bancos dispõe de cintos com 3 pontos?		
Alínea VIII) Compartmento do Motorista		

ORGÃO/SISTEMA IDENTIFICADO NO CADERNO DE ENCARGOS DO PROCEDIMENTO	CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO - MARCA E MODELO	QUANTIDADE/ VALOR
Descrição		N/A
Painel de instrumentos:	N/A	N/A
i. Possui tomada USB/isqueiro?		
ii. Legendado em português e com teclas iluminadas?		N/A
iii. Intensidade luminosa regulável?		N/A
Banco do motorista:	N/A	N/A
i. Banco ergonómico?		N/A
ii. Possui descanso de cabeça?		N/A
iii. Permite ajustes de altura/inclinação/posicionamento longitudinal?		N/A
Compartimento técnico - localização		
Existência de espelhos retrovisores ou câmaras retrovisoras?		
Vidro de segurança é laminado?		N/A
Alínea X) Instalação Elétrica		
Sistema elétrico – tecnologia multiplex?		N/A
Iluminação interior – descrição		N/A
Iluminação exterior – descrição		N/A
Sinalização de paragem – descrição e número de botões		N/A
Alínea XI) Painéis Indicadores de Destino		
Composição/nº de painéis		
Função de ligação sem fios à consola de bilhética?		N/A
Espaçamento entre LEDs do painel frontal (mm)	N/A	
Espaçamento entre LEDs do painel lateral (mm) – caso aplicável	N/A	
Espaçamento entre LEDs do painel traseiro (mm) – caso aplicável	N/A	
Nº de LEDs do painel frontal (mm)	N/A	
Nº de LEDs do painel lateral (mm) – caso aplicável	N/A	
Nº de LEDs do painel traseiro (mm) – caso aplicável	N/A	
Dimensões do painel frontal (mm)	N/A	
Dimensões do painel lateral (mm) – caso aplicável	N/A	
Dimensões do painel traseiro (mm) – caso aplicável	N/A	
Janela área útil painel frontal, alt x larg (mm)	N/A	
Janela área útil painel lateral, alt x larg (mm) – caso aplicável	N/A	
Janela área útil painel traseiro, alt x larg (mm) – caso aplicável	N/A	
Software – Descrição		
i. Software compatível com o sistema atualmente implementado na RODOAMARANTE?		N/A
Consola de comando – Descrição		N/A
Proteção elétrica – Descrição		N/A
PONTO 32 - DIVERSOS		
Dispositivo para reboque – localização		
Kits de primeiros socorros		

ORGÃO/SISTEMA IDENTIFICADO NO CADERNO DE ENCARGOS DO PROCEDIMENTO	CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO - MARCA E MODELO	QUANTIDADE/ VALOR
Extintores – tipologia e número		
Triângulo de pré-sinalização		
Roda sobressalente		N/A
Tratamento anticorrosivo		N/A

N/A – Não Aplicável

ANEXO VIII***Dimensões, Capacidade de Carga e Parâmetros Definidores da Capacidade de Manobra***

O Concorrente deve apresentar o mapa de dimensões, capacidade de carga e capacidade de manobra, principalmente com as informações a seguir indicadas:

- i) Comprimento total (Cota 1);
- ii) Largura do veículo (Cota 2) e largura total, com espelhos em posição de condução;
- iii) Distância entre eixos (Cota 3);
- iv) Distância do eixo da frente à frente do autocarro (Cota 4);
- v) Distância do eixo traseiro à traseira do autocarro (Cota 5);
- vi) Altura interior máxima;
- vii) Altura interior mínima;
- viii) Desníveis/rampas interiores no piso (localização, extensão e inclinação), ou quantidade de degraus e respetivas alturas;
- ix) Peso sobre o eixo da frente em vazio e com carga máxima admissível;
- x) Peso sobre o eixo traseiro em vazio e com carga máxima admissível;
- xi) Capacidade de manobra, com a indicação das medidas principais da(s) carroçaria(s)/chassis que propõe, assim como as cotas necessárias para a sua manobra “entre muros” e acesso em pendente, nomeadamente dos ângulos de viragem das rodas, raios de viragem/inscrição, ângulos de ataque e de fuga, deslocamento lateral, constantes do modelo gráfico e outros elementos que o proponente entenda como ajuda para melhor definir estas características.